



UNIETHOS

PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NO MERCADO GLOBAL DE PRODUTOS TÊXTEIS E CONFECÇÕES

RELATÓRIO 1

PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NOS
ESTADOS UNIDOS, NA EUROPA E NO JAPÃO

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO	3
	METODOLOGIA	4
	A MATERIALIDADE SOCIOAMBIENTAL	5
02	PADRÕES GLOBAIS	6
03	PADRÕES NOS ESTADOS UNIDOS	12
	LEGISLAÇÃO	13
	PADRÕES PRIVADOS	16
	POLÍTICAS CORPORATIVAS	23
04	PADRÕES NA EUROPA	26
	LEGISLAÇÃO	27
	PADRÕES PRIVADOS	29
	POLÍTICAS CORPORATIVAS	32
05	PADRÕES NO JAPÃO	34
	LEGISLAÇÃO	35
	PADRÕES PRIVADOS	37
	POLÍTICAS CORPORATIVAS	39
06	SÍNTESE GERAL DOS PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE	40
07	LISTA DE ENTREVISTADOS	46
08	REFERÊNCIAS	47

Incorporar critérios sociais e ambientais na produção de têxteis e confecções é uma condição importante para a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.

O objetivo deste relatório é apresentar o mapeamento das legislações, os regulamentos técnicos, as certificações, além dos padrões privados e voluntários para o setor têxtil e de confecções nos mercados dos Estados Unidos, do Japão e da União Europeia. A pesquisa buscará identificar também tendências de valorização de atributos de sustentabilidade nos produtos pelos mercados consumidores dos Estados Unidos, da Europa e do Japão.

Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com especialistas das principais organizações relacionadas à sustentabilidade no setor têxtil e de confecções na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

Estados Unidos, Japão e União Europeia são grandes importadores de produtos têxteis e confecções. Esses países são os mais exigentes em critérios sociais e ambientais. A ampliação da participação das empresas brasileiras nesse mercado depende da adequação dos produtos e dos processos produtivos a esses critérios.

Juntos, representam 9% do destino das exportações brasileiras de fios, tecidos e vestuário, sendo 6% das exportações de fios, 15% das exportações de tecidos e 26% das exportações de vestuário.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

	FIOS	TECIDOS	VESTUÁRIO	TOTAL
ESTADOS UNIDOS	28.675.188	21.112.134	21.616.961	71.404.283
UNIÃO EUROPEIA	64.184.794	12.316.331	14.359.967	90.861.092
JAPÃO	26.149.643	156.502	2.989.867	29.296.012
TOTAL GLOBAL	1.864.209.187	220.150.067	145.257.886	2.229.617.140

FONTE: IMDC SISTEMA ALICEWEB2

METODOLOGIA

Neste relatório, os padrões de sustentabilidade são classificados em três tipos:

Legislação: são normas oficiais que definem padrões mínimos que as empresas devem seguir para operar ou vender para determinado país. Incluímos nesse grupo as resoluções de organismos internacionais.

Padrões privados: são padrões definidos por empresas ou por organizações independentes, que podem ter abrangência nacional ou internacional. A utilização de padrões privados é voluntária, mas condiciona o acesso à cadeia de fornecedores das empresas que os utilizam. Incluem-se nesse grupo também as certificações. Algumas empresas exigem que seus fornecedores sigam certos padrões ou tenham alguma certificação como condição para participar da cadeia.


Políticas corporativas: são critérios utilizados por empresas específicas que devem ser aplicados pelos seus fornecedores. Neste relatório são consideradas as políticas utilizadas pelas maiores empresas em cada mercado.

São analisados os padrões em nível global, estabelecidos por organismos multilaterais, por organizações empresariais ou por iniciativas multistakeholders, e são analisados os padrões específicos de cada país.

A MATERIALIDADE SOCIOAMBIENTAL

As questões sociais e ambientais consideradas mais relevantes na legislação, nos padrões internacionais de sustentabilidade e nas principais empresas do setor são as condições de trabalho na cadeia de fornecedores, o uso de produtos químicos nos produtos e os impactos ambientais na cadeia, especialmente o consumo de água e a poluição.

Os padrões de sustentabilidade no mercado internacional tratam prioritariamente destas três dimensões:



**CONDIÇÕES
DE TRABALHO
NA CADEIA DE
FORNECEDORES**

**SEGURANÇA
DOS PRODUTOS**

**PACTOS
AMBIENTAIS
NA CADEIA DE
FORNECEDORES**

Uma série de padrões privados voluntários e resoluções de organismos internacionais estabelecem critérios mínimos para que as empresas controlem os seus impactos sociais e ambientais.

Os padrões globais não são obrigatórios - a menos que legislações locais endossem esses padrões -, mas como são utilizados como referência por muitas grandes empresas, eles têm o poder de definir condições de acesso a vários mercados.

A maioria das grandes empresas utilizam os padrões globais como condições mínimas ou como referências de melhores práticas para avaliação de seus fornecedores.

GUIDING PRINCIPLES FOR BUSINESS AND HUMAN RIGHTS

É um guia de implementação do quadro de referência da ONU para proteção, respeito e remediação de direitos humanos. O guia é endossado pela resolução da ONU 17/4 de 2011. O guia define o papel das empresas para o cumprimento das leis relacionadas a direitos humanos. Os princípios operacionais estabelecem que empresas devem definir política específica para direitos humanos, aprovada no mais alto nível de decisão da empresa, com procedimentos específicos para integrar o tema em todos os negócios da empresa.

O guia é um benchmark para empresas e serve como referência para compreensão do tema e metodologia de avaliação de impactos dos negócios sobre direitos humanos e sobre como as empresas devem criar procedimentos de gestão para que reduzam riscos e impactos em suas próprias operações e em suas cadeias.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) GUIDELINES FOR MULTINATIONAL ENTERPRISES

As Diretrizes da OECD para as Empresas Multinacionais são recomendações dirigidas pelos governos às empresas multinacionais que operam dentro ou a partir de países aderentes. Elas fornecem princípios e padrões voluntários para a conduta empresarial responsável em um contexto global, de acordo com as leis adotadas e os padrões internacionalmente reconhecidos.

As Diretrizes foram atualizadas em 2011 e incorporaram um novo capítulo sobre direitos humanos, uma abordagem nova e abrangente para a due diligence e gestão responsável da cadeia de fornecedores e a atualização das diretrizes sobre emprego e relações do trabalho.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION GUIDANCE ON SOCIAL RESPONSIBILITY (ISO 26000)

A ISO 26000 é um guia de responsabilidade social das empresas por meio da ação ética e transparente que contribui para a saúde e o bem-estar da sociedade. O guia orienta as empresas a transformar princípios em ações efetivas e compartilha melhores práticas de responsabilidade social globalmente.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION (ISO 14000)

A ISO 14000 é um conjunto de padrões internacionais relativos à gestão ambiental das organizações. A mais conhecida dessas normas é a ISO 14001 que, em conjunto da ISO 14006, estabelece os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental, incluindo a implementação de política e objetivos que levam em conta exigências legais e os aspectos ambientais que a organização identifica como aqueles que podem controlar e influenciar. A ISO 14001 é aplicável a qualquer organização que pretenda estabelecer, implementar, manter e melhorar um sistema de gestão ambiental, para assegurar a conformidade com a política ambiental da empresa, conforme a natureza de suas atividades, de seus produtos e serviços, do local e das condições de funcionamento.

Algumas empresas exigem que seus fornecedores tenham certificação ISO ou a utilizem como referência para autoavaliação ou para avaliação dos fornecedores.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION CONVENTION 138 (MINIMUM AGE)

A resolução da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1973, define a idade mínima para admissão em emprego, com o objetivo de abolir o trabalho infantil. A idade mínima não pode ser menor que a idade de conclusão da escolarização obrigatória, nem ameaçar a saúde, segurança ou moral das pessoas jovens.

A convenção define regras gerais e a idade mínima é definida na legislação de cada país. As empresas devem se assegurar que os seus fornecedores atendam a legislação nos países onde é feita a produção.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION CONVENTION 29 (FORCED LABOR CONVENTION)

A convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre trabalho forçado, aprovada em 1930, estabelece que cada país-membro deve ratificar essa resolução e suprimir o trabalho forçado ou compulsório em todas as formas.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC) – PERFORMANCE STANDARDS

Os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional são critérios sociais e ambientais para a avaliação de investimentos da instituição financeira nas empresas. Os Padrões de Desempenho são utilizados nas decisões de financiamento ou investimento de 81 instituições financeiras, signatárias dos Equator Principles. Na última revisão, em 2013, foram redefinidos os critérios para avaliação de cadeia de fornecedores. A IFC possui também um guia de melhores práticas para a implantação de sistemas de gestão social e ambiental em empresas do setor têxtil e de confecções (ESMS handbook textiles & apparel).

BETTER WORK

É um programa criado em 2007, em uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho e a International Finance Corporation (IFC), com o objetivo de melhorar a conformidade das cadeias globais de valor com os padrões de trabalho.

O programa atua por meio do desenvolvimento de ferramentas globais e projetos em nível de país, com foco em soluções sustentáveis e em escala que contribuam para a cooperação entre governos, organizações de empregados e de empregadores e compradores internacionais. O programa possui projetos nos seguintes países: Cambodia, Jordan, Haiti, Vietnam, Lesotho, Nicarágua e Indonésia.

BETTER COTTON INITIATIVE

BCI é um padrão de sustentabilidade para a produção de algodão. Foi criado por meio de um processo multistakeholder, que envolveu produtores agrícolas, empresas de varejo, marcas, bancos e ONGs em nível internacional para a definição dos critérios. O BCI integra 625 membros de 35 países.

Os critérios e princípios do BCI abordam práticas agrícolas para garantir os melhores resultados, ambientais, sociais e econômicos; uso eficiente da água; saúde do solo; conservação de habitats naturais; qualidade da fibra e relações justas de trabalho.

Algumas indústrias vêm utilizando o Better Cotton Initiative como condição para a aquisição de algodão.

SA 8000

Promovido e gerenciado pela associação privada americana “Social Accountability”, o padrão está hoje na base da certificação “ética”. É uma norma voluntária que define os requisitos que as empresas devem satisfazer nos locais de trabalho e implementar um sistema de gestão que garanta o respeito a requisitos, como: proibição de trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação, garantia de liberdade de associação, segurança e saúde no local de trabalho, além de salário adequado e digno.

OUTRAS CERTIFICAÇÕES

Além desses padrões, existe uma série de certificações para mercados específicos, como o de algodão orgânico e fairtrade. Essas certificações são aplicáveis a nichos de mercado, atualmente de escala muito reduzida. São normalmente utilizadas por pequenas ou médias empresas com estratégias de diferenciação ou que busquem oportunidades em nichos de mercado.

Essas certificações, como geralmente utilizam padrões acima do estabelecido na legislação ou nos padrões internacionais empregados por grandes empresas, podem ser usadas como referências de melhores práticas e de aperfeiçoamento dos padrões internacionais.

As características que mais diferenciam os produtos com certificação orgânica ou fairtrade com relação aos demais padrões são: maior ou total restrição ao uso de produtos químicos e restrição ao uso de fibras vegetais com produtos transgênicos, transparência e compartilhamento de resultados ao longo da cadeia de produção, transparência para os consumidores sobre a cadeia de produção e formação de preços.

Os mais utilizados nos mercados americano, europeu e japonês são:

- USDA Certified Organic;
- Global Organic Textile Standard;
- Fairtrade;
- North American Fiber Standard - Organic Trade Association (USA);
- Guidelines 'Naturtextil IVN Zertifiziert' - International Association Natural Textile Industry (Germany);
- Standards for Processing and Manufacture of Organic Textiles - Soil Association (England);
- Certification and Standards for Organic Cotton Products - Japan Organic Cotton Association (Japan);
- EKO Sustainable Textile Standard - Control Union Certifications (formerly Skal International, Netherlands);
- Standards for Organic Textiles - Ecocert (France);
- Organic Textile Standard - ICEA (Italy);
- Organic Fiber Standards - Oregon Tilth (USA).

TENDÊNCIAS DE INOVAÇÃO

As principais tendências de inovação nos padrões de sustentabilidade são:

- Análise de ciclo de vida de produtos e uso de princípios de economia circular;
- Obrigatoriedade de registro e divulgação de balanço de emissões de gases de efeito estufa e de consumo de água;
- Rastreamento da produção ao longo da cadeia produtiva e a divulgação da origem dos produtos em cada etapa da produção.

PADRÕES NOS ESTADOS UNIDOS

03

Os Estados Unidos são o maior importador global de produtos do vestuário e o segundo maior de produtos têxteis. As exportações brasileiras de produtos têxteis e de confecções para os Estados Unidos representaram, em média, 10% do volume total de exportações desses produtos. Em 2014, o Brasil exportou para os Estados Unidos 136 milhões de dólares (FOB) em produtos têxteis e confecções.

As questões sociais e ambientais consideradas mais relevantes na legislação, nos padrões internacionais de sustentabilidade e nas principais empresas do setor são as condições de trabalho na cadeia de fornecedores, o uso de produtos químicos nos produtos e os impactos ambientais na cadeia, especialmente o consumo de água e a poluição.

LEGISLAÇÃO

As questões sobre sustentabilidade nas empresas em geral e no setor têxtil em particular não são amplamente reguladas, principalmente quanto a critérios de compras pelas empresas. Algumas regulações sociais e ambientais são aplicáveis na importação de produtos têxteis e de confecções.

California Transparency in Supply Chains Act

A lei estabelece que todas as empresas que vendam produtos no estado da Califórnia devem:

- a)** divulgar em seus websites informações sobre riscos e formas de verificação de tráfico humano e trabalho escravo na cadeia de fornecedores;
- b)** realizar auditorias em fornecedores para avaliar a conformidade com os padrões corporativos relacionados a tráfico humano e trabalho escravo;
- c)** requerer dos fornecedores a certificação de conformidade com a legislação relativa a tráfico humano e trabalho escravo nos locais de produção;
- d)** manter padrões internos de controle e procedimentos;
- e)** oferecer treinamento para gestores e empregados sobre mitigação de riscos de tráfico humano e trabalho escravo na cadeia de fornecedores.

Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act

Lei aprovada pelo congresso americano em 2010 estabelece que a Securities and Exchange Commission (SEC) deve divulgar e relatar regulações relacionadas ao uso de minerais em áreas de conflito oriundos da República Democrática do Congo. A lei cobre os seguintes minerais: estanho, tungstênio, tântalo e ouro.

Empresas devem verificar se seus produtos não contêm esses minerais, ou que tenham comprovação de origem regular, para que possam vender para empresas americanas.

Lacey Act

Antiga lei com mais de 100 anos que combate o tráfico ilegal de animais e plantas selvagens, foi ampliada em 2008, para definir punições para empresas que comercializam produtos que contenham plantas e produtos de plantas que são produzidos ilegalmente.

A implementação da lei está sendo debatida sob coordenação do Departamento de Agricultura - Animal and Plant Health Inspection Service (APHIS) em diálogo com empresas e ONGs.

As empresas devem garantir que produtos que tenham algum componente derivado de animais ou plantas silvestres estejam em conformidade com a legislação ambiental.

Toxic Substances Control Act Reform

Produção de relatórios, realização de testes e restrições de substâncias químicas como bifenilos policlorados, amianto, radônio e tintas à base de chumbo.

Os estados de Washington, Califórnia e Maine possuem legislações específicas sobre a segurança de produtos químicos nos produtos. O Washington State Children's Safe Products Act define os produtos químicos nos produtos que devem ser divulgados pelas empresas. A California Green Chemistry define os produtos que devem ser removidos de produtos de consumo. A California Prop 65 define que os produtos devem conter nos rótulos informações sobre produtos que podem causar câncer. A Maine Toxic Chemicals in Children's Products Law define que as empresas devem divulgar a presença de Priority Chemicals nos produtos.

Trafficking Victims Protection Act

A lei estabelece os mecanismos para combater o tráfico de pessoas, incluindo violência contra a mulher e o comércio sexual, em nível global e doméstico. A lei autoriza a criação de uma força-tarefa para monitorar e combater o tráfico de pessoas.

A maioria das grandes empresas americanas utilizam critério sobre tráfico de pessoas em seus códigos de conduta e verificam a conformidade dos seus fornecedores por meio de auditorias.

United States Department of Labor – Toolkit for Responsible Business

O Departamento de Trabalho dos Estados Unidos possui uma série de referências para que as empresas adotem sistemas de conformidade e controle de trabalho forçado e trabalho infantil. Essas referências não têm a força de lei, mas têm um peso importante na definição das políticas das empresas americanas.

O Bureau of International Labor Affairs (ILAB) mantém uma lista de produtos e países onde há evidências de violação de padrões internacionais quanto ao trabalho forçado e infantil. Essa lista é utilizada por várias empresas como critério de avaliação da cadeia de fornecedores. O Brasil consta na lista como potencial violação dos padrões internacionais na produção de algodão e vestuário.

As empresas utilizam mecanismos de verificação mais rigorosos para avaliação dos impactos sociais ou ambientais e dos mecanismos de gestão nos processos de produção dos produtos, nos respectivos países que figuram na lista.

PADRÕES PRIVADOS

Segundo informações de especialistas e de lideranças das organizações setoriais, o padrão privado mais utilizado para sustentabilidade no setor têxtil e de confecções é o WRAP, seguido da lista de restrição e substâncias, da AAFA, e o Higg Index, da Sustainable Apparel Coalition.

Worldwide Responsible Accredited Production

WRAP foi criado nos Estados Unidos, mas é um programa global, de certificação independente, com foco no setor de confecções e calçados. Os WRAP Principles são baseados em padrões internacionais geralmente aceitos para condições de trabalho e legislações locais que abordam gestão de recursos humanos, saúde e segurança. Práticas ambientais e conformidade com importação e exportação, conformidade aduaneira e padrões de segurança.

O programa foi criado por recomendação de um grupo de stakeholders, incluindo marcas, fornecedores, ONGs, academia e membros de governo organizados em uma força-tarefa, coordenada pela American Apparel and Footwear Association. O primeiro comitê de diretores foi nomeado em 1999, e o WRAP foi criado oficialmente no ano 2000.

Em 2013, mais de 2.300 empresas de 50 países participaram do programa e exigem que seus fornecedores tenham certificação WRAP. Existem atualmente 1.900 empresas certificadas, que empregam mais de 1,6 milhão de trabalhadores. Na América Latina existem 59 empresas certificadas no México, 95 na América Central, 8 na Bolívia, 17 no Peru, 1 na Bolívia e 2 na Argentina. Nenhuma empresa brasileira possui certificação WRAP.

Para obter uma certificação WRAP, a empresa deve fazer uma inscrição e pagar uma taxa de registro de US\$ 1.195. As empresas devem utilizar e se submeter a um sistema de autoavaliação e selecionar uma organização de auditoria para verificar a conformidade com os princípios. A equipe da WRAP avalia o relatório de auditoria e aprova ou não a certificação. Existem três níveis de certificação: platinum, ouro e prata, dependendo do grau de conformidade e compromisso de gestão verificado pela auditoria.

WRAP PRINCIPLES:

- 1. Conformidade com legislação e regulação sobre condições de trabalho**
Empresas devem estar em conformidade com leis e regulações em todas as localidades onde elas conduzem negócios.
- 2. Proibição de trabalho forçado**
Empresas não podem utilizar trabalho forçado, involuntário ou tráfico de pessoas.
- 3. Proibição de trabalho infantil**
Empresas não podem contratar nenhum empregado com menos de 14 anos de idade

ou idade menor que a mínima estabelecida pela legislação trabalhista, ou qualquer empregado cujo trabalho interfira com a escolarização obrigatória.

4. Proibição de assédio ou abuso

Empresas devem oferecer um ambiente de trabalho livre de assédio ou abuso dos supervisores ou de outros trabalhadores, e livre de punição corporal sob qualquer forma.

5. Compensação e benefícios

Empresas devem pagar pelo menos a compensação mínima definida pela legislação local, incluindo os salários, subsídios e benefícios.

6. Jornada de trabalho

Horas de trabalho por dia ou por semana não podem exceder as limitações definidas na legislação de cada país. Empresas devem conceder pelo menos um dia de descanso a cada sete dias de trabalho, exceto quando necessário para atender necessidades urgentes dos negócios.

7. Proibição de discriminação

Empresas devem empregar, pagar, promover e demitir empregados na base da competência para o trabalho e não na base de características ou crenças pessoais.

8. Saúde e segurança

Empresas devem prover um ambiente de trabalho seguro e saudável. Quando são oferecidas moradias para os trabalhadores, as empresas devem providenciar domicílios seguros e saudáveis.

9. Liberdade de associação e negociação coletiva

As instalações reconhecerão e respeitarão o direito dos funcionários de exercer seus direitos legais de livre associação e acordo coletivo.

10. Ambiente

Empresas devem estar em conformidade com as regras ambientais, regulações e padrões aplicáveis às suas operações, e observar práticas ambientais corretas em todas as localidades onde elas operam.

11. Conformidade aduaneira

Empresas devem estar em conformidade com as leis aduaneiras aplicáveis e, em particular, devem estabelecer e manter programas de conformidade com legislação aduaneira relacionada a transbordo ilegal de produtos acabados.

12. Segurança

Empresas devem manter procedimentos de segurança das instalações para prevenir contra a introdução de cargas não declaradas nos embarques.

AAFA - restricted substance list

A Restricted Substance List (RSL) foi criada por um grupo especial de trabalho da AAFA (American Apparel & Footwear Association). O objetivo da lista é prover informações sobre leis e regulações que restringem produtos químicos e substâncias em produtos têxteis para o lar, confecções e calçados. A AAFA representa mais de mil marcas mundiais que representam US\$ 350 bilhões em vendas anuais.

A sexta edição da lista foi atualizada em junho de 2015. A lista contém os materiais químicos e substâncias restritas ou banidas pela legislação para produtos finais têxteis do lar, confecções e calçados. Não é considerado o uso de substâncias nos processos de produção. A lista identifica a regulação mais restritiva.

Para cada substância na lista são apresentadas as seguintes características: número, nome químico, nível de restrição, país onde a substância é restrita e método de teste. A lista contém as seguintes substâncias: arilaminas, amianto, dioxinas e furanos, corantes dispersos, retardantes de chamas, gases de efeito estufa fluorados, metais, compostos orgânicos de estanho, pesticidas, flalatos e solventes.

A legislação de cada país define os processos de verificação ou os testes necessários para controle de substâncias tóxicas. Algumas empresas exigem dos seus fornecedores que sejam apresentados testes realizados por laboratórios independentes.

Higg Index

O Higg Index é uma iniciativa da Sustainable Apparel Coalition (SAC), um grupo de empresas americanas e europeias dos setores de confecções, calçados e têxteis para o lar, para promover a produção sustentável. Os membros da SAC representam mais de 30% do market share global das indústrias de confecções e calçados. Os principais membros que utilizam o Higg Index como mecanismo de avaliação dos seus fornecedores são Adidas, C&A, GAP, H&M, Inditex, Levi's, Macy's, Patagonia, Puma, PVH, Walmart, dentre outros.

O Higg Index é um sistema padronizado de autoavaliação para medir o desempenho social e ambiental das cadeias de fornecedores das marcas varejistas e indústrias participantes da SAC. Ela pode ser utilizada pelas empresas com a finalidade de identificar riscos e oportunidades em sustentabilidade; aprendizado, educação e benchmarking; comunicação e colaboração; e caminho para melhoria.

O sistema e os indicadores foram formulados pelos membros da SAC, junto com especialistas e stakeholders, e são regularmente reavaliados e atualizados. A aplicação dos indicadores pelas empresas é anônima, e cada empresa pode comparar o seu desempenho com benchmarks do setor.

Os indicadores estão estruturados em três níveis: nível 1 – consciência e entendimento, nível 2 – planejamento e gestão e nível 3 – demonstração de desempenho e práticas aspiracionais, esse último baseado nas práticas mais inovadoras.

O Higg Index está em sua terceira versão e já estão previstos os aspectos a serem abordados em futuras versões, que são: métricas de avaliação de ciclo de vida, comunicação para consumidores, detalhamento sobre produtos, reforço na validação e outros a serem definidos.

Os indicadores abordam os seguintes temas:

1. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Os critérios do Higg Index para gestão ambiental equivalem à ISO 14001. Os indicadores desse módulo verificam os seguintes aspectos:

- Existência de sistema de gestão para identificar, monitorar e controlar impactos sobre o ambiente;
- Promoção do uso eficiente de recursos, redução de resíduos, energia, água e matéria-prima;
- Trabalho para ampliar a consciência ambiental na empresa;
- Engajamento de stakeholders;
- Conformidade com as expectativas dos compradores e consumidores com relação às questões ambientais.

2. USO DE ENERGIA E EMISSÕES DE GHG

Os indicadores sobre uso de energia e emissões avaliam se a empresa:

- Verifica quais são as fontes de energia utilizadas (fóssil ou renovável), se a energia é adquirida da rede pública, se é adquirida de terceiros ou se é produzida localmente;
- Sistema de reuso ou cogeração de energia;
- As emissões de gases de efeito estufa na produção industrial, na produção agrícola (cultivo ou pecuária) e no transporte de matérias-primas e produtos na indústria.

3. USO DE ÁGUA

Os indicadores sobre uso de água abordam:

- Quantidade de água utilizada para consumo e/ou produção industrial;
- Fontes de água utilizadas;
- Metas e medidas adotadas para redução de uso de água.

4. EFLUENTES

Os indicadores avaliam como a empresa gerencia os efluentes, considerando:

- Volume de efluentes domésticos ou industriais;
- Tratamentos de efluentes utilizados;
- Reuso de água, composição e qualidade dos efluentes;

- Qualidade dos efluentes com relação ao pH, suspensão de sólidos, demanda biológica ou química de oxigênio, toxidez, nitrogênio e fósforo, metais pesados, óleo e graxa.

5. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Os indicadores de avaliação das emissões atmosféricas avaliam:

- Existência de inventário e monitoramento de emissões;
- Realização de teste e certificação;
- Existência de tecnologias, metas, planos e estratégias para redução de emissões.

6. GESTÃO DE RESÍDUOS

Os indicadores de gestão de resíduos avaliam:

- Qualidade e quantidade de resíduos gerados na produção, incluindo máquinas e equipamentos eletrônicos usados;
- Existência de resíduos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde;
- Gestão de resíduos perigosos (segundo regulação da EPA - <http://www3.epa.gov/epawaste/hazard>);
- Medição e registro da produção de resíduos;
- Forma de disposição de resíduos;
- Reciclagem de resíduos;
- Treinamento sobre manejo de resíduos perigosos;
- Existência de metas e programas, práticas, tecnologias ou métodos para redução de resíduos.

7. GESTÃO DE RESÍDUOS

Os indicadores de gestão de produtos químicos avaliam o uso de produtos químicos em processos industriais e no produto final, com realação a:

- Monitoramento e uso de químicos de acordo com a legislação (Restricted Substance Lists);
- Documentação que assegura a conformidade com a legislação;
- Inventário do uso de químicos na indústria e na cadeia de fornecedores;
- Plano de ação para melhorar a gestão do uso de químicos;
- Planos para a substituição de químicos por outros processos.

8. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os indicadores sobre trabalho avaliam a gestão das condições de trabalho nas fábricas e nos fornecedores. São avaliados os seguintes processos:

- Recrutamento e seleção, buscando assegurar os critérios adequados e legais de contratação, incluindo as regras para contratação de jovens e estrangeiros, mecanismos que evitem a contratação acidental de trabalho forçado e de práticas discriminatórias;
- Procedimentos que assegurem a liberdade de acesso dos trabalhadores a seus documentos, liberdade de movimento e não cobrança de taxas de contratação;
- Práticas médicas nos procedimentos de contratação;
- Programas de treinamento;
- Formas de pagamento;
- Controle de jornada de trabalho e horas extras;
- Políticas de acesso a benefícios;
- Liberdade de associação, negociações coletivas de trabalho, mecanismos de reclamação e comitês de trabalhadores;
- Políticas de controle de assédio e abuso;
- Salário mínimo;
- Políticas de diversidade;
- Procedimentos com relação a doenças crônicas, medidas de saúde e segurança, serviços médicos, sanidade e higiene;
- Prevenção de riscos de acidentes, segurança no uso de produtos químicos;
- Políticas para rescisão de contratos e aposentadorias.

9. CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CADEIA DE VALOR

Estes indicadores avaliam como a empresa gerencia as condições de trabalho nas demais empresas da cadeia de valor, com relação aos seguintes aspectos:

- Como a empresa mapeia a cadeia de valor e determina o nível de risco associado com cada aspecto das condições de trabalho;
- Registro de informações sobre os fatores de risco que impactam as condições de trabalho dos fornecedores;
- Uso dessa informação para determinar os níveis adequados de supervisão e monitoramento;
- Análise de ciclo de vida formal sobre os impactos sociais dos produtos;
- Comunicação sobre os padrões de trabalho necessários para os fornecedores;
- Como a empresa avalia e aprova novos fornecedores;
- Como a empresa monitora os padrões sociais e as condições de trabalho na cadeia de fornecedores;

- Existência de processo de ação corretiva para melhorar os padrões sociais e condições de trabalho na cadeia;
- Existem incentivos financeiros ou comerciais para a melhoria dos padrões sociais e das condições de trabalho na cadeia.

10. ENGAJAMENTO, TRANSPARÊNCIA E IMPACTOS SOBRE COMUNIDADES

Estes indicadores avaliam qual o nível de compartilhamento ou de parceria que a empresa tem com outras empresas ou organizações, abordando os seguintes aspectos:

- Participação em fóruns do setor ou iniciativas multistakeholders para desenvolver uma compreensão maior dos riscos e desafios da cadeia de valor;
- Como é o relacionamento da empresa com as comunidades locais;
- Como a empresa divulga informações sobre o desempenho social.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

Para análise das políticas corporativas foram selecionadas as maiores marcas e as maiores empresas de varejo. Não foram consideradas todas as políticas de sustentabilidade realizadas pelas empresas, mas apenas os critérios sociais e ambientais de compras e, para isso, foram levados em consideração os códigos de conduta e relatórios de sustentabilidade.

Cada empresa tem suas próprias regras para verificar a conformidade dos fornecedores com os seus padrões. Na maioria dos casos, as empresas exigem certificações que apresentam critérios semelhantes, mas muitas delas possuem também sistemas de verificação próprios ou ainda exigem auditoria independente para verificação da conformidade com os padrões.

Nike

O código de conduta da Nike estabelece padrões mínimos para os fornecedores com relação aos seguintes critérios: trabalho forçado; trabalho infantil; discriminação; liberdade de associação e negociação coletiva; compensação e pagamentos; assédio e abusos; jornada de trabalho; conformidade com as leis trabalhistas; saúde e segurança nos locais de trabalho e redução de impactos ambientais.

Ralph Lauren

As guias de operação da Ralph Lauren estabelecem os princípios para o relacionamento com os parceiros de negócios da marca. Os principais critérios estabelecidos são: conformidade com padrões éticos e legais; conformidade com a legislação local relacionada a salários, benefícios e jornada de trabalho; saúde e segurança nos locais de trabalho; conformidade com a legislação e melhores práticas ambientais; relacionamento com comunidades; desmatamento, poluição, perda de habitats naturais e emissões de gases de efeito estufa; trabalho infantil; trabalho forçado; práticas de coerção física, multas ou outras formas de punição contra os empregados; discriminação e assédio; liberdade de associação; fornecedores só podem ter subcontratos aprovados pela empresa e estão sujeitos aos mesmos critérios dos fornecedores; princípios com relação ao cuidado e respeito no tratamento de animais; conformidade alfandegária e segurança do produto; conflitos de interesses e propina.

Gap

O código de conduta da Gap estabelece os seguintes padrões para todos os fornecedores: total conformidade com a legislação local; conformidade com a legislação ambiental local, incluindo sistema de gestão ambiental, plano de emergência ambiental e gestão de materiais perigosos; trabalho infantil; trabalhadores estrangeiros; discriminação; trabalho forçado; liberdade de associação e negociação coletiva; tratamento humano com respeito e dignidade; salários e benefícios; jornada de trabalho e condições de trabalho.

Levi Strauss & Co.

A guia de operação para global sourcing da Levi's estabelece padrões para fornecedores com relação aos seguintes critérios: aspiração a padrões éticos; conformidade com a legislação; conformidade com os padrões ambientais da Levi Strauss & Co.; envolvimento de comunidades; padrões de trabalho, incluindo salários e benefícios, jornada de trabalho, trabalho infantil, trabalho forçado; saúde e segurança; discriminação e práticas disciplinares.

Walmart

O manual de padrões para fornecedores do Walmart está baseado no princípio da integridade que é aplicado a todos os negócios da empresa e fornecedores de produtos para o varejo. Os padrões para fornecedores abordam os seguintes temas: conformidade com todas as leis locais; trabalho voluntário (trabalho infantil e forçado não são tolerados); tráfico humano; jornada de trabalho; práticas de contratação e emprego; compensação; liberdade de associação e negociação coletiva; saúde e segurança no local de trabalho; dormitórios e refeitórios; meio ambiente (gestão de resíduos, efluentes, emissões, gestão de água, consumo de energia, uso da terra e biodiversidade, sistema de gestão ambiental, gestão de substâncias perigosas); conflitos de interesses; corrupção e integridade financeira.

Macy's

O código de conduta da Macy's estabelece os compromissos da empresa em fazer negócios apenas com fornecedores que compartilham compromissos com práticas de trabalho justas e seguras. Os princípios gerais do código a serem seguidos pelos fornecedores compreendem

restrições a trabalho forçado e tráfico humano; trabalho infantil; assédio e abuso; saúde e segurança; discriminação; liberdade de associação e negociação coletiva; salários; benefícios e jornada de trabalho. Com relação ao meio ambiente, a empresa favorecerá fornecedores que compartilhem compromissos com a redução de impactos ambientais, reciclagem e reuso de materiais, redução de embalagens, não utilizar produtos tóxicos e respeitar a legislação sobre espécies em risco de extinção. A participação de subcontratados em etapas da produção deve ser informada previamente e pré-aprovada pela Macy's.

PADRÕES NA EUROPA

04

A Europa é o maior mercado global de têxteis e confecções, com aproximadamente 500 bilhões de euros de consumo interno, com 173 mil empresas e 1,6 milhão de empregados. A Europa é o segundo maior exportador, com 24% do comércio mundial de têxteis e 26% do comércio mundial de confecções.

A Europa é o destino de 4% das exportações brasileiras de fios, tecidos e vestuário, sendo 3% das exportações de fios, 6% das exportações de tecidos e 10% das exportações de vestuário.

As normas europeias para critérios sociais ou ambientais na produção têxtil e de confecções estão relacionadas principalmente à segurança dos produtos, uso de substâncias químicas e condições de trabalho. As principais normas são as seguintes:

General product safety directive (GPSD) – European Commission

A Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2001, relativa à segurança geral dos produtos, é aplicada em diversos países na forma de diretivas nacionais. A diretiva impõe um requisito geral de segurança para cada produto destinado ao consumo ou que possa ser usado pelos consumidores, incluindo os produtos utilizados no âmbito de um serviço. Um produto é considerado seguro se respeita as disposições de segurança previstas pela legislação europeia ou, na ausência de tais disposições, se respeita as disposições nacionais específicas do Estado-membro.

Os fabricantes devem fornecer ao consumidor as informações pertinentes à avaliação dos riscos relacionados com o uso de um produto, quando esses não sejam imediatamente perceptíveis, além de adotar disposições adequadas para prevenir tais riscos.

UNI/TR 11359 - Safety Management of Textiles, Clothing, Furniture, Footwear, Leather And Accessories

A norma “UNI/TR 11359” - Gestão da segurança de produtos têxteis, vestuário, mobiliário, calçados, couro e acessórios foi publicada pelo organismo de normalização italiano UNI. A norma é aplicável a risco químico, risco físico-mecânico e risco de incêndio. É o primeiro documento normativo na Europa que leva em consideração de modo sistemático essa matéria.

O relatório técnico considera os principais aspectos para a segurança e para a saúde humana a serem observados durante a produção de produtos têxteis, vestuário, mobiliário, calçados, couro e acessórios. Aplica-se a todas as tipologias de produtos acima citados e descreve os parâmetros e as substâncias químicas críticas, os seus riscos potenciais, os materiais nos quais podem ser encontrados e quais métodos de análise podem ser usados para a sua identificação.

REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemical Substances

Em 2006, o Parlamento e o Conselho Europeu emitiram o Regulamento (CE) n. 1907/2006 relativo ao registro, a avaliação, a autorização e a restrição de substâncias químicas. Os objetivos são: a proteção da saúde humana e do ambiente, o desenvolvimento de métodos para a avaliação dos riscos das substâncias, regular a circulação das substâncias e dos produtos, além de reforçar a competitividade e a inovação.

Todos os fabricantes e importadores de substâncias químicas devem indicar e gerenciar os riscos ligados às substâncias que fabricam e comercializam. O REACH prevê um sistema de autorização com o objetivo de garantir que as substâncias de alto risco sejam controladas de modo adequado e substituídas por substâncias ou tecnologias mais seguras.

Quem produz ou importa artigos têxteis ou vestuário devem conhecer a presença e a quantidade de substâncias de alto risco, se adequar a obrigação de notificação ou comunicação e respeitar as restrições ao uso de substâncias nocivas. Em particular, é necessário respeitar os requisitos para aminas aromáticas cancerígenas, ftalatos e níquel liberados pelos acessórios metálicos e cádmio.

O REACH tem um regulamento específico para o setor têxtil e vestuário. Em 2015 foi aprovado o CEN/TR 16741:2015 "Textiles and textile products – Guidance on health and environmental issues related to chemical content of textile products intended for clothing, interior textiles and upholstery". O relatório dá indicações sobre os riscos para o ambiente e para a saúde relacionados aos produtos têxteis que estão em contato direto com a pele ou, em geral, com o corpo humano e, conseqüentemente, de ajudar as empresas na compreensão e utilização das substâncias químicas nas cadeias de produção.

PADRÕES PRIVADOS

Foram levadas em consideração as certificações consideradas indispensáveis, relevantes ou úteis por um grupo de empresas europeias no âmbito de uma pesquisa sobre a importância das certificações disponíveis no mercado, por blumine/sustainability-lab (2014).

OEKO-TEX® Standard 100

Padrão de propriedade de uma associação privada de laboratórios europeus que disciplina a presença de substâncias químicas perigosas em produtos têxteis, a partir das matérias-primas, semiacabados e produtos acabados, em todas as fases de processamento.

Os testes sobre as substâncias nocivas incluem: substâncias vetadas por lei, substâncias cuja utilização é regulamentada pela lei, substâncias químicas notoriamente nocivas para a saúde, mas não ainda regulamentadas por lei, bem como parâmetros para a proteção da saúde. O pré-requisito para a certificação de produtos têxteis de acordo com OEKO-TEX® Standard 100 é que todos os componentes de um artigo satisfaçam, sem exceções, os requisitos previstos. Portanto, além do tecido, também os fios utilizados para costura, colarinhos, estampas, bem como acessórios não têxteis, como botões, fechos, rebites etc.

Worldwide Responsible Accredited Production (WRAP)

WRAP se define como o maior programa global de certificação independente com foco no setor de confecções e calçados. Os WRAP Principles são baseados em padrões internacionais geralmente aceitos para condições de trabalho e legislações locais que abordam gestão de recursos humanos, saúde e segurança. Práticas ambientais e conformidade com importação e exportação, conformidade aduaneira e padrões de segurança.

Ver mais detalhes nos PADRÕES PRIVADOS DOS ESTADOS UNIDOS.

Bluesign Standard

Nascido na Suíça, é um sistema para produção sustentável têxtil e define controles e padrões para uma produção segura e ambientalmente amigável. O sistema define padrões para produtividade dos recursos, segurança do consumidor, emissões na atmosfera, emissões na água, saúde e segurança no local de trabalho.

Global Recycle Standard

O padrão GRS é promovido a nível internacional pela Textile Exchange Organization. O padrão é aplicado às empresas que produzem e/ou vendem produtos semiacabados ou acabados que incluem material reciclado certificado dentro do programa GRS. No caso da parte que requer a certificação ter a produção realizada parcialmente ou completamente em um local externo, a terceira parte envolvida na operação deve estar em conformidade com os critérios GRS.

EU Ecolabel

A EU Ecolabel EU (Regulamento CE n. 66/2010) é a marca da União Europeia de qualidade ecológica que premia os produtos e os serviços melhores do ponto de vista ambiental, por meio da concessão de uma etiqueta que, no caso dos artigos têxteis e calçados, atesta que o produto tem um impacto ambiental reduzido no seu inteiro ciclo de vida.

Os critérios ecológicos e de desempenho são desenvolvidos de modo a permitir a obtenção da Ecolabel UE apenas para os produtos que tenham atingido a excelência ambiental. Os critérios são aplicáveis aos processos de fiação, branqueamento e pré-tratamento, tingimento, processos de estampa, processos de acabamento e produto acabado.

Outros

Existem ainda outros padrões de sustentabilidade na Europa aplicáveis aos mercados de produtos têxteis e confecções, tais como Blue Angel, Cradle to Cradle Certified™, GOTS, GRS, ISO 14001:2004, NATURTEXTIL iVN certified BEST and Nordic Swan.

Esses sistemas de certificação abordam critérios como consumo de água, químicos nos produtos, gestão de produtos químicos na produção, segurança do consumidor, emissões atmosféricas, saúde e segurança ocupacional, sistema de gestão, embalagem, usabilidade, informação para o consumidor e matérias-primas.

Esses padrões ou certificações são utilizados ou exigidos por um número menor de empresas, normalmente que atuam em nichos específicos de mercado de produtos sustentáveis.

Sistemas de apoio

Existem sistemas que servem como mecanismos de apoio à gestão de riscos nas cadeias de fornecedores. Não são padrões de sustentabilidade, mas ajudam as empresas a fazerem uma análise dos potenciais riscos sociais e ambientais nas suas cadeias. O 'Labour and Human Rights Risk Map' é um desses sistemas, criado em parceria entre a empresa de análise de riscos Maplecroft e a organização britânica especializada em sustentabilidade na moda Made-by, que tem o objetivo de mapear os riscos relacionados a condições de trabalho e direitos humanos, por países.

O mapa de riscos é baseado em seis índices que medem direitos do trabalho, condições de trabalho, trabalho forçado e negociação coletiva. Os índices são calculados e tabulados em quatro categorias que classificam os riscos dos países (baixo, médio, alto e extremo). Segundo o índice da Maplecroft, o Brasil está na categoria de alto risco, relacionada a direitos do trabalho.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

As maiores marcas e empresas europeias de varejo de moda possuem políticas corporativas para a cadeia de fornecedores baseadas em critérios sociais e ambientais.

Cada empresa tem suas próprias regras para verificar a conformidade dos fornecedores com os seus padrões. Na maioria dos casos, as empresas exigem certificações que apresentem critérios semelhantes, mas muitas delas possuem também sistemas de verificação próprios ou ainda exigem auditoria independente para verificação da conformidade com os padrões.

Inditex

O código de conduta para fornecedores da Inditex estabelece que toda a cadeia de valor deve trabalhar com ética e responsabilidade. Os princípios definem as regras para conformidade nos seguintes critérios: trabalho forçado, trabalho infantil, discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, tratamento severo e desumano, saúde e segurança no local de trabalho, direito à remuneração, jornada de trabalho, emprego regular, rastreamento da produção, saúde e segurança do produto, impacto ambiental e confidencialidade de informação.

H&M

O código de conduta da H&M define os requerimentos sociais e ambientais para todos os fornecedores e subcontratados. Os critérios do código se baseiam na Declaração sobre Princípios Fundamentais e Direitos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho, na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e na conformidade com as legislações locais.

Os critérios definidos no código são: trabalho infantil, saúde e segurança no trabalho, direitos do trabalho, condições de moradia e meio ambiente.

Marks and Spencer

Os Global Sourcing Principles do Marks and Spencer têm o objetivo de assegurar que todos os fornecedores ofereçam boas condições de trabalho e integridade. Os princípios estabelecem os padrões mínimos requeridos para os fornecedores diretos, que devem aplicar os mesmos princípios em suas cadeias de fornecedores.

O princípio de direitos humanos requer que todos os trabalhadores sejam tratados com respeito pelos fornecedores que devem possuir processos e sistemas de gestão de RH, padrões de trabalho e direitos humanos, não discriminação e igualdade de oportunidades, condições de trabalho decentes, saúde e segurança, regras de contratação, jornada de trabalho e salários adequados. Com relação ao princípio ambiental, todos os fornecedores devem estar em conformidade com a legislação dos locais de produção. Além disso, todos os locais de produção devem ser autorizados pela M&S.

C&A

O código de conduta para fornecedores da C&A define o quadro ético para os negócios e as bases para o relacionamento entre a C&A e os parceiros comerciais, incluindo os contratos comerciais. As regras e regulações do código de conduta se baseiam na conformidade com a legislação de cada país, as condições de emprego, o trabalho infantil, o trabalho forçado, os abusos físicos ou mentais, os salários e benefícios, a liberdade de associação e os padrões ambientais previstos nas leis locais.

Primark

O código de conduta do fornecedor da Primark estabelece as condições a serem seguidas por todos os fornecedores de produtos e serviços. Os padrões abordam a liberdade de escolha no emprego (não são aceitos trabalho infantil, forçado, tráfico de pessoas ou trabalho em prisões), liberdade sindical e negociação coletiva, condições de trabalho seguras e higiênicas, conformidade com as normas ambientais, salários, benefícios, jornada de trabalho e contratação de acordo com a lei, não discriminação, tratamentos desumanos ou severos. Além disso, não são tolerados suborno e corrupção.

PADRÕES NO JAPÃO

05

O Japão é um dos maiores líderes globais da indústria têxtil e do vestuário. O país é responsável por 8% das importações (consumo) e é o terceiro mercado consumidor. Além disso, o Japão tem tradicionalmente estabelecido um padrão de alta qualidade em relação às instalações de produção de têxteis e vestuário – a qualidade de certos produtos necessários às marcas ocidentais de alto padrão é tão alta que os importadores compram do Japão independentemente do preço.

O mercado Japonês estabelece padrões restritivos em relação aos vários aspectos sobre os bens importados e, historicamente, o consumidor japonês é estritamente cuidadoso em respeitar determinados padrões e regulamentações. Isso aplica-se não somente em relação às temáticas de sustentabilidade, mas em geral às características do produto (origem e composição, por exemplo) e características de segurança (produtos nocivos para a saúde).

O Brasil exporta para o Japão apenas 1,3% do total de suas exportações de têxteis e confecções e 2% das exportações de vestuário.

Household Goods Quality Labeling Law

O objetivo dessa lei é proteger os interesses dos consumidores a partir de um sistema de rotulagem adequado à qualidade dos artigos locais. A rotulagem de qualidade engloba a descrição dos componentes do produto, desempenho, uso, armazenamento adequado e outras qualidades.

Os fabricantes ou distribuidores são obrigados a fornecer a rotulagem adequada, em conformidade com os padrões. Para produtos têxteis, os rótulos devem conter informações sobre composição da fibra, nomes das fibras utilizadas devem ser indicados com os termos específicos e percentagem em massa de cada fibra no produto, além de informações sobre uso de lavadoras domésticas e informações do etiquetador.

Act on Control of Household Products Containing Harmful Substances

A lei de 1973 determina os padrões para saúde do consumidor, com o objetivo de estabelecer as restrições necessárias em produtos domésticos que contenham substâncias nocivas do ponto de vista da saúde pública.

A lei designa 24 tipos de substâncias perigosas contidas nos produtos que geram riscos para a saúde humana e prescreve normas necessárias com relação à quantidade máxima permitida a ser usada em produtos domésticos.

Foram banidas para uso em produtos têxteis as seguintes substâncias: organomercury compounds, formaldehyde, tris (1-Aziridiny) phosphine oxid, dieldrin, tris (2,3-Dibromophyl) phosphate, triphenyltin compounds, bis (2,3-Dibromophyl) phosphate, 4, 6-Dichrode-7-(2,4,5-Trichlorophenoxy) e trifluoromethylbenzimizole.

Outras regulações

Outras certificações aplicáveis a produtos têxteis e confecções que contenham produtos de origem animal estabelecem normas relacionadas à proteção da vida selvagem, à regulação da caça, ao controle de doenças em animais domésticos e à conservação de espécies em risco de extinção.

Industrial Standardization Law: JIS Mark

JIS é um sistema de padronização industrial que define normas de padronização das informações sobre os produtos, normas com relação à saúde e segurança, conservação do meio ambiente e qualidade do produto.

Voluntary Requirements on Harmful Substances for Textiles and Clothing

Em 2010, a Japan Textile Federation formulou padrões relacionados ao uso de substâncias tóxicas e a melhoria da qualidade dos produtos. O padrão define os limites para o uso de corantes aço.

EcoMark

O EcoMark é um sistema de certificação criado pela Japan Environment Association. O sistema é gerenciado em conformidade com a padrão ISO 14020 – norma para rotulagem ambiental.

Os critérios de certificação abordam o impacto ambiental da produção durante o ciclo de vida do produto, da extração e coleta dos materiais, da fabricação, da distribuição, do uso e consumo, da disposição e reciclagem.

Os critérios abrangem o uso de fibras recicladas no volume total de fibras, o uso de fibras naturais no total de fibras do produto, define os tipos de substâncias que podem ser utilizados nos produtos e a conformidade da produção com a legislação ambiental.

Garments without Guilt

A empresa de auditoria SGS do Japão verifica a certificação criada pela Joint Apparel Association Forum (JAAF) do Sri Lanka. As indústrias de confecções do país devem demonstrar a conformidade com condições éticas de trabalho. Os critérios incluem trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação, jornada de trabalho, liberdade de associação, pagamentos e benefícios de acordo com a legislação e saúde e segurança dos locais de trabalho.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

A maioria das empresas japonesas do setor não tem informações disponíveis em inglês. Apenas a Uniqlo, uma empresa com atuação global, tem informações sobre os critérios sociais e ambientais para os fornecedores em inglês.

Cada empresa tem suas próprias regras para verificar a conformidade dos fornecedores com os seus padrões. Na maioria dos casos, as empresas exigem certificações que apresentem critérios semelhantes, mas muitas delas possuem também sistemas de verificação próprios ou ainda exigem auditoria independente para verificação da conformidade com os padrões.

Uniqlo

Uma das empresas japonesas mais importantes, a Fast Retailing (Uniqlo) anunciou, em 2013, um compromisso para eliminar o uso de substâncias químicas perigosas, por meio dos ciclos de vida dos produtos e todos os processos produtivos até 2020.

O código de conduta para fornecedores da Uniqlo estabelece critérios específicos relacionados às condições de trabalho, que englobam proibição do trabalho infantil, trabalho forçado, opressão e assédio, além de discriminação. Os códigos de conduta definem também orientações com relação a direito à associação, salários e benefícios, jornada de trabalho, proteção ambiental e controles internos.

Muji

MUJI é uma empresa japonesa com uma grande variedade de produtos, cujo conceito é oferecer para o consumidor um produto que gere uma satisfação racional. Os produtos são coerentes com a estética tradicional japonesa e têm um balanço adequado entre baixo custo e alta qualidade. Para isso, adota um processo meticuloso de seleção de materiais, simplificação, conservação de recursos, redução de embalagens, racionalização do processo de produção e eliminação de excessos.

Parte das roupas vendidas pela Muji são produzidas com algodão orgânico, e a empresa está investindo na ampliação da proporção dessa matéria-prima em seus produtos.

SÍNTESE GERAL DOS PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE

06

		PADRÕES GLOBAIS	ESTADOS UNIDOS			EUROPA			JAPÃO		
			LEGISLAÇÃO	PADRÕES PRIVADOS	POLÍTICAS CORPORATIVAS	LEGISLAÇÃO	PADRÕES PRIVADOS	POLÍTICAS CORPORATIVAS	LEGISLAÇÃO	PADRÕES PRIVADOS	POLÍTICAS CORPORATIVAS
Padrões Sociais	Condições de trabalho										
	Saúde e segurança										
	Discriminação										
	Tráfico humano										
	Minerais de conflito										
Padrões Ambientais	Relacionamento com comunidades										
	Gestão de água										
	Gestão de resíduos										
	Gestão de energia										
	Emissões de GHG										
	Efluentes										
	Gestão de substâncias perigosas										
Segurança do Produto	Habitats naturais										
	Substâncias químicas										
Integridade	Corrupção										

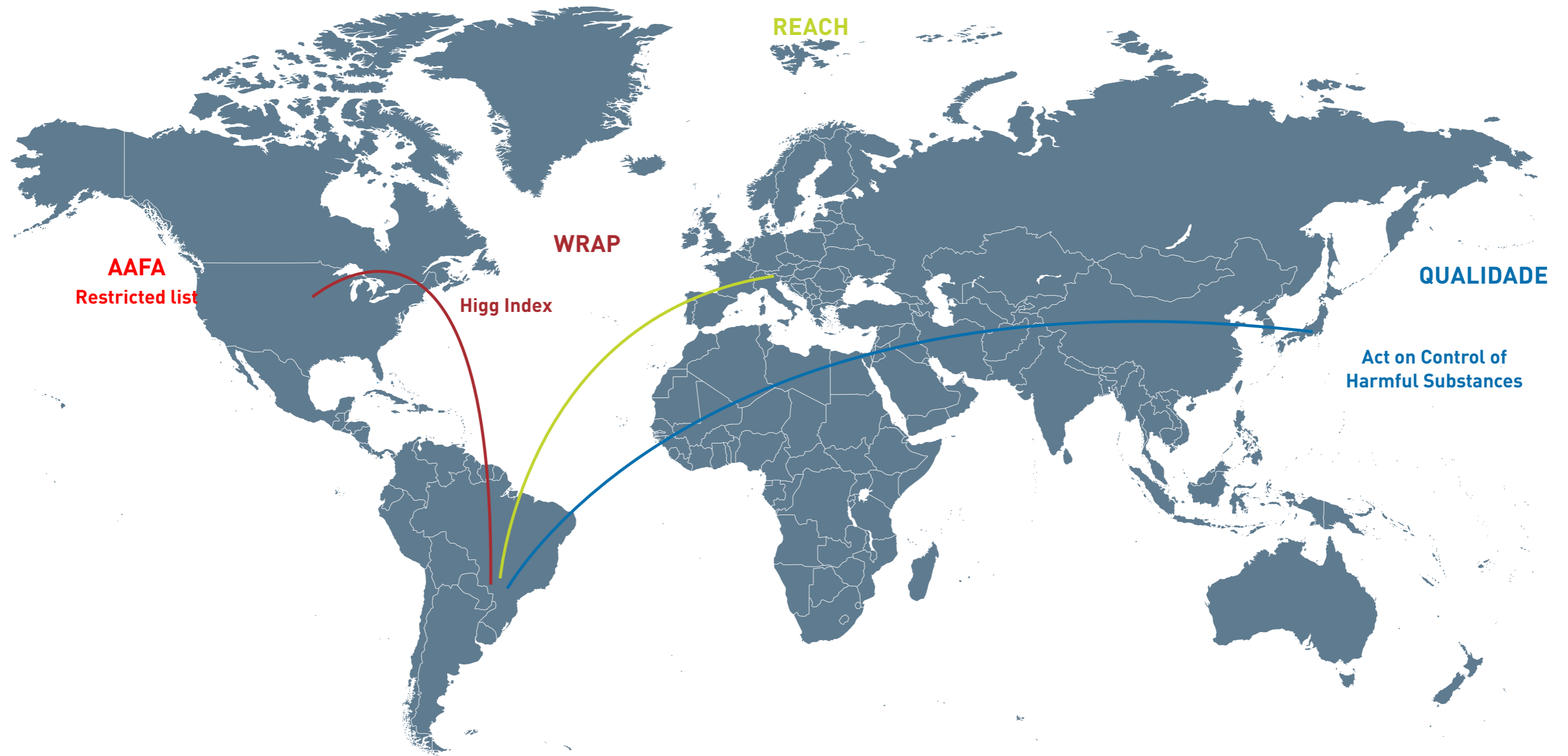
		PADRÕES GLOBAIS								
		Guiding Principles for Business and Human Rights	OECD Guidelines for Multinational Enterprises	ISO 26000	ISO 14000	ILO Convention 138	ILO Convention 29	IFC Performance Standards	Better Work	Better Cotton Initiative
Padrões Sociais	Condições de trabalho									
	Saúde e segurança									
	Discriminação									
	Tráfico humano									
	Minerais de conflito									
	Relacionamento com comunidades									
Padrões Ambientais	Gestão de água									
	Gestão de resíduos									
	Gestão de energia									
	Emissões de GHG									
	Efluentes									
	Gestão de substâncias perigosas									
Segurança do Produto	Habitats naturais									
Integridade	Substâncias químicas									
	Corrupção									

ESTADOS UNIDOS									
		LEGISLAÇÃO				PADRÕES PRIVADOS			Políticas Corporativas
		California Transparency in Supply Chains Act	Consumer Protection Act	Toxic Substances Control Act Reform	Trafficking Victims Protection Act	Toolkit for Responsible Business	WRAP	AAFA Restricted List	
Padrões Sociais	Condições de trabalho								
	Saúde e segurança								
	Discriminação								
	Tráfico humano								
	Minerais de conflito								
Padrões Ambientais	Relacionamento com comunidades								
	Gestão de água								
	Gestão de resíduos								
	Gestão de energia								
	Emissões de GHG								
	Efluentes								
	Gestão de substâncias perigosas								
Segurança do Produto	Habitats naturais								
	Substâncias químicas								
Integridade	Corrupção								

EUROPA									
		LEGISLAÇÃO				PADRÕES PRIVADOS			Políticas Corporativas
		GPSD	UNI/TR 11359	REACH	OEKO-TEX	WRAP	Bluesign Standard	EU Ecolabel	
Padrões Sociais	Condições de trabalho								
	Saúde e segurança								
	Discriminação								
	Tráfico humano								
	Minerais de conflito								
Padrões Ambientais	Relacionamento com comunidades								
	Gestão de água								
	Gestão de resíduos								
	Gestão de energia								
	Emissões de GHG								
	Efluentes								
	Gestão de substâncias perigosas								
Segurança do Produto	Habitats naturais								
	Substâncias químicas								
Integridade	Corrupção								

JAPÃO							
		LEGISLAÇÃO		PADRÕES PRIVADOS			Políticas Corporativas
		Household Goods Quality Labeling Law	Act on Control of Harmful Substances	JIS Mark	Voluntary Requirements on Harmful Substances	EcoMark	
Padrões Sociais	Condições de trabalho						
	Saúde e segurança						
	Discriminação						
	Tráfico humano						
	Minerais de conflito						
Padrões Ambientais	Relacionamento com comunidades						
	Gestão de água						
	Gestão de resíduos						
	Gestão de energia						
	Emissões de GHG						
	Efluentes						
	Gestão de substâncias perigosas						
Segurança do Produto	Habitats naturais						
	Substâncias químicas						
Integridade	Corrupção						

PADRÕES MAIS RELEVANTES



LISTA DE ENTREVISTADOS

07

- **JASON KIBBEY** – CEO – Sustainable Apparel Coalition, United States;
- **CRISTINA ODAN** – Diretora Executiva – Centro de Pesquisas e Treinamentos Lapis Lazulle, Brazil;
- **AVEDIS SEFERIAN** – Vice President of Compliance – Wrap Compliance, United States;
- **NATE HERMAN** – Vice President, International Trade – American Apparel & Footwear Association, United States;
- **JANIKA SIMON** – Deputy Program Manager – Better Work, Haiti;
- **JULIA HUGHES** – President – United States Fashion Industry Association, United States;
- **ANA CRISTINA LUZ BROEGA** – Researcher on Sustainable issues – Universidade do Minho, Portugal;
- **ANDREA E KAORI WADA LAOMEDONTE** – Japanese entrepreneur – Global Land’Or Di Kaori Wada Laomedonte, Japan;
- **LUCIANO FOCIANI** – importer – Jione and Co., Japan;
- **HÉLÈNE KASSIMATIS** – Professor – Institut Français de la Mode, France;
- **DANIEL MENSCH** – Founder & Executive Director – The Sustainable Fashion; Academy, Sweden;
- **JONAS EDER HANSEN** – development director – Danish Fashion Institute; Denmark;

GUIDING PRINCIPLES FOR BUSINESS AND HUMAN RIGHTS

Disponível em: <http://business-humanrights.org/en/un-guiding-principles>

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) - GUIDELINES FOR MULTINATIONAL ENTERPRISES

Disponível em: <http://www.oecd.org/corporate/mne/>

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION (ISO) 26000 - GUIDANCE ON SOCIAL RESPONSIBILITY

Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/standards/iso26000.htm>

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION (ISO) 14000 - ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION CONVENTION 138 (MINIMUM AGE)

Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312283

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION CONVENTION 29 (FORCED LABOR CONVENTION)

Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C029

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC) - PERFORMANCE STANDARDS

Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/ifc+sustainability/our+approach/risk+management/performance+standards/environmental+and+social+performance+standards+and+guidance+notes

ESMS HANDBOOK TEXTILES & APPAREL

Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/ifc+sustainability/learning+and+adapting/knowledge+products/publications/esms_implementation_handbook-textiles_apparel

BETTER WORK

Disponível em: <http://betterwork.ch/global/>

BETTER COTTON INITIATIVE

Disponível em: <http://bettercotton.org/>

SA 8000

Disponível em: <http://www.sa-intl.org/index.cfm?fuseaction=Page.ViewPage&PageID=937>

CALIFORNIA TRANSPARENCY IN SUPPLY CHAINS ACT

Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/164934.pdf>

DODD-FRANK WALL STREET REFORM AND CONSUMER PROTECTION ACT

Disponível em: <https://www.sec.gov/about/laws/wallstreetreform-cpa.pdf>

LACEY ACT

Disponível em: <http://www.fws.gov/international/laws-treaties-agreements/us-conservation-laws/lacey-act.html>

TOXIC SUBSTANCES CONTROL ACT REFORM

Disponível em: <http://www.reformtsca.com/>

TRAFFICKING VICTIMS PROTECTION ACT

Disponível em: <http://www.state.gov/j/tip/laws/>

UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR – TOOLKIT FOR RESPONSIBLE BUSINESS

Disponível em: <http://www.dol.gov/ilab/child-forced-labor/index.htm>

LIST OF GOODS PRODUCED BY CHILD LABOR OR FORCED LABOR

Disponível em: <http://www.dol.gov/ILAB/reports/child-labor/list-of-goods/>

WORLDWIDE RESPONSIBLE ACCREDITED PRODUCTION

Disponível em: <http://www.wrapcompliance.org/>

AAFA - RESTRICTED SUBSTANCE LIST

Disponível em: <https://www.wewear.org/rsl/>

HIGG INDEX

Disponível em: <http://apparelcoalition.org/the-higg-index/>

NIKE CODE OF CONDUCT

Disponível em: <http://www.nikebiz.com/crreport/content/about/1-4-3-ethics-and-conduct.php?cat=governance-accountability>

RALPH LAUREN OPERATING GUIDELINES

Disponível em: <http://www.ralphlauren.com/helpdesk/index.jsp?display=terms&subdisplay=other#other>

GAP CODE OF VENDOR CONDUCT

Disponível em: http://www.gapinc.com/content/dam/csr/documents/COVC_070909.pdf

LEVI STRAUSS & CO. GLOBAL SOURCING AND OPERATING GUIDELINES

Disponível em: <http://www.levistrauss.com/wp-content/uploads/2014/01/Global-Sourcing-and-Operating-Guidelines.pdf>

WALMART STANDARDS FOR SUPPLIERS

Disponível em: <http://corporate.walmart.com/sourcing-standards-resources>

MACY'S VENDOR CODE OF CONDUCT

Disponível em: <https://www.macysinc.com/about-us/policies-positions/vendor-code-of-conduct/default.aspx>

GENERAL PRODUCT SAFETY DIRECTIVE (GPSD) – EUROPEAN COMMISSION

Disponível em: http://ec.europa.eu/archive/cons_safe/prod_safe/gpsd/currentGPSD_en.htm

REACH - REGISTRATION, EVALUATION, AUTHORISATION AND RESTRICTION OF CHEMICAL SUBSTANCES

Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/chemicals/reach/index_en.htm

GUIDANCE ON HEALTH AND ENVIRONMENTAL

Disponível em: <http://shop.bsigroup.com/ProductDetail/?pid=000000000030297514>

OEKO-TEX® STANDARD 100

Disponível em: https://www.oeko-tex.com/pt/manufacturers/concept/oeko_tex_standard_100/oeko_tex_standard_100.xhtml

BLUESIGN STANDARD

Disponível em: <http://www.bluesign.com/>

GLOBAL RECYCLE STANDARD

Disponível em: <http://textileexchange.org/standards-integrity/standards/9614>

EU ECOLABEL

Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/>

MAPLECROFT - LABOUR AND HUMAN RIGHTS RISK MAP

Disponível em: <https://maplecroft.com/themes/hr/>

INDITEX CODE OF CONDUCT

Disponível em: https://www.inditex.com/documents/10279/28230/C%C3%B3digo+de+conducta_EMPLEADO_ENG.pdf/eda135e9-f282-4bff-80db-c7f237507e97

H&M CODE OF CONDUCT

Disponível em: http://about.hm.com/content/dam/hm/about/documents/en/CSR/codeofconduct/Code%20of%20Conduct_en.pdf

MARKS AND SPENCER GLOBAL SOURCING PRINCIPLES

Disponível em: <http://corporate.marksandspencer.com/documents/policy-documents/global-sourcing-principles.pdf>

C&A CODE OF CONDUCT

Disponível em: http://www.c-and-a.com/uk/en/corporate/fileadmin/user_upload/Assets/2_Sustainability/2.3.1/C&A%20Code%20of%20Conduct%202015%20-%20English.pdf

PRIMARK

Disponível em: <http://www.primark.com/en/our-ethics/workplace-rights/code-of-conduct>

HOUSEHOLD GOODS QUALITY LABELING LAW

Disponível em: http://www.caa.go.jp/hinpyo/pdf_data/handbook_e.pdf

ACT ON CONTROL OF HOUSEHOLD PRODUCTS CONTAINING HARMFUL SUBSTANCES

Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/95146/111915/F1974682113/JPN95146%20Eng.pdf>

INDUSTRIAL STANDARDIZATION LAW: JIS MARK

Disponível em: <https://www.jisc.go.jp/eng/jis-mark/newjis-eng.html>

VOLUNTARY REQUIREMENTS ON HARMFUL SUBSTANCES FOR TEXTILES AND CLOTHING

Disponível em: <http://www.intertek.com.cn/resource/newsparkle-en.aspx?kc=454>

ECOMARK

Disponível em: <http://www.ecomark.jp/english/>

GARMENT WITHOUT GUILT

Disponível em: <http://www.sgs.com/en/Sustainability/Social-Sustainability/Social-Responsibility-SR/Garments-without-Guilt.aspx>

FAST RETAILING

Disponível em: <http://www.fastretailing.com/eng/csr/business/supplier.html>



EQUIPE TÉCNICA

REGI MAGALHÃES

Diretor Executivo do Uniethos

RAQUEL CARLESSO

Coordenadora do Uniethos

ENRICO CIETTA

CEO Diomedea